

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA,
ORÇAMENTO PÚBLICO****Questão 41**

A respeito da receita pública municipal, julgue os itens a seguir.

- I As receitas provenientes de caução dada em garantia no bojo de contrato administrativo são receitas extraorçamentárias que poderão converter-se em receitas orçamentárias.
- II Receita tributária municipal é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos municipais — entre os quais, o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doações (ITCMD) —, as taxas — como a taxa de licença de funcionamento (TLF), por exemplo —, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais — como, por exemplo, a contribuição para o custeio da iluminação pública.
- III A realização da receita pública passa pelos estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 42

No que diz respeito ao sistema de orçamentação pública do Brasil, julgue os itens que se seguem.

- I O plano plurianual é o documento que define as prioridades do governo para o período de cinco anos, podendo ser revisado a cada ano.
- II A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades para o ano seguinte, fixando o montante de recursos que o governo pretende economizar, dispondo regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes, autorizando o aumento das despesas com pessoal, regulamentando as transferências a entes públicos e privados, disciplinando o equilíbrio entre as receitas e as despesas e indicando prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.
- III Os créditos adicionais suplementares, extraordinários e especiais são destinados a reforçar os créditos orçamentários ordinários existentes para os quais haja dotações específicas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 43

Os seguintes dados hipotéticos referem-se à dívida pública de determinado município no ano de 2019.

obrigações financeiras do município em 2019	valor (em milhões de reais)
restos a pagar	250
empréstimos de longo prazo com o Banco Mundial	1.000
empréstimos de longo prazo com o BNDES	1.500
empréstimos de curto prazo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal	500
dívida ativa	2.000
serviço da dívida (juros e encargos)	200
TOTAL	5.450

Com relação à classificação da dívida pública nessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

- A** A dívida fundada foi igual a R\$ 2.500.000.
- B** A dívida flutuante foi igual a R\$ 2.500.000.
- C** A dívida fundada foi igual a R\$ 4.750.000.
- D** A dívida fundada foi igual a R\$ 4.500.000.
- E** A dívida flutuante foi igual a R\$ 2.750.000.

Questão 44

Determinada prefeitura municipal autorizou, no mês de janeiro de 2020, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do hospital municipal, pelo valor estimado de R\$ 208.000.

Conforme a classificação orçamentária prevista na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, a referida despesa enquadra-se em

- A** outras despesas correntes.
- B** amortização da dívida.
- C** pessoal e encargos sociais.
- D** investimentos.
- E** inversões financeiras.

Questão 45

Durante o período de pandemia da covid-19, determinado município recebeu recursos financeiros federais destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), a título de assistência para o combate à doença.

Nessa situação hipotética, a referida assistência financeira constitui transferência

- A** aleatória, por ser um mecanismo utilizado pelo governo federal para transferir recursos para os municípios com base em demandas específicas dessas localidades.
- B** voluntária, pois não decorre de previsão constitucional ou legal.
- C** obrigatória, por ser destinada ao SUS.
- D** opcional, pois não decorre de previsão constitucional ou legal.
- E** vinculada, pois decorre do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que tem previsão constitucional.

CONTABILIDADE GERAL

Questão 46

Conforme pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o registro dos valores consumidos após a confirmação de que o produto encontra-se na fase de desenvolvimento

- Ⓐ afetará o resultado do exercício no momento de seu reconhecimento.
- Ⓑ não será feito até que o protótipo esteja em condições de viabilidade para o setor de produção.
- Ⓒ afetará o ativo intangível no momento de seu reconhecimento.
- Ⓓ afetará a reserva de capital no momento do seu reconhecimento.
- Ⓔ afetará o ativo circulante no momento em que o protótipo for reconhecido como inviável para produção.

Questão 47

Assinale a opção correta, acerca do tratamento contábil para os estoques.

- Ⓐ Deverão ser contabilizados como custo dos estoques de mercadorias para revenda o preço líquido do item, os impostos de importação e demais tributos (exceto aqueles recuperáveis junto ao fisco), os custos de transporte e de seguro, bem como os gastos com carga e descarga da mercadoria adquirida.
- Ⓑ Os custos de transformação de estoques incluem os valores diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, mas não englobam os valores aplicados em mão de obra direta.
- Ⓒ Uma empresa poderá possuir filiais em localizações geográficas distintas, sendo a diferença de localização geográfica, por si só, suficiente para justificar a adoção de critérios de valoração de estoques distintos em cada uma das unidades.
- Ⓓ O valor anormal de desperdício de materiais ou outros insumos de produção será contabilizado como custo de estoque, bem como os gastos com armazenamento que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção.
- Ⓔ O acréscimo no preço oriundo da diferença entre o valor pago a prazo na compra de mercadorias e o valor que seria pago no caso de compra à vista em condição normal de pagamento deve ser reconhecido como custo do estoque ao longo do período acordado entre as partes.

Questão 48

Acerca da redução ao valor recuperável de ativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Enquanto a empresa não estiver incorrendo em saídas de caixa que melhorem o desempenho do ativo, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir as entradas futuras estimadas de caixa que possam advir do aumento de benefícios econômicos associados com as saídas de caixa.
- Ⓑ Para mensurar o valor em uso de um ativo, a empresa deverá fundamentar as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração e do conjunto de condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo.
- Ⓒ As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento, bem como os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.
- Ⓓ Os fluxos de caixa futuros dos ativos são estimados na moeda em que eles são gerados, mesmo estrangeira, e, em seguida, descontados, usando-se a taxa de câmbio à vista na data da aquisição do ativo.
- Ⓔ A perda apurada por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício em que ocorreu a reavaliação do ativo, na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo.

Texto 1A2-I

A próxima tabela representa um conjunto de contas de determinada entidade.

conta	saldo em 31/12/2018 (em R\$)	saldo em 31/12/2019 (em R\$)
banco	12.500	11.000
caixa	5.000	9.000
capital social	70.000	70.000
custo da mercadoria vendida		15.600
despesa com água		2.800
despesa com energia		4.200
despesa com salários		3.600
duplicatas a receber	7.800	10.300
energia a pagar	600	300
estoques	6.500	2.100
fornecedores	2.500	3.400
impostos a recolher	1.100	1.400
prejuízos acumulados	2.600	????
receita antecipada	2.100	2.500
receita de vendas		32.500
salários a pagar	1.200	900
terrenos	10.600	10.600
tributos sobre vendas		2.120
veículos	32.500	32.700

Questão 49

Com base no conjunto de contas apresentado no texto 1A2-I, é correto afirmar que, no ano de 2019,

- Ⓐ o pagamento de salários correspondeu a R\$ 300.
- Ⓑ o recebimento de clientes correspondeu a R\$ 30.000.
- Ⓒ o pagamento de água correspondeu a R\$ 1.400.
- Ⓓ o pagamento a fornecedores correspondeu a R\$ 10.300.
- Ⓔ o pagamento de energia elétrica correspondeu a R\$ 4.200.

Questão 50

Considerando ainda o conjunto de contas apresentado no texto 1A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso tivesse sido registrada a participação em sociedade coligada no valor de R\$ 15.000 em 2018, com pagamento previsto para janeiro de 2019, o ativo circulante de 2018 teria sido de R\$ 16.800.
- Ⓑ Caso tivesse sido registrado aumento de receita antecipada em 2019 no valor de R\$ 690, o passivo circulante teria aumentado, em 2019, para R\$ 8.190.
- Ⓒ Caso tivesse sido considerada despesa de manutenção em 2018 no valor de R\$ 500, o valor do patrimônio líquido de 2019 teria sido igual a R\$ 66.900.
- Ⓓ Caso tivesse sido registrada a despesa de depreciação, em 2018 e em 2019, no valor de R\$ 400 em cada ano, o valor do ativo não circulante de 2019 teria sido de R\$ 42.500.
- Ⓔ Caso a entidade tivesse contabilizado o contrato e o pagamento de despesa antecipada de seguros, em 31/12/2018, no valor de R\$ 450, o total do ativo circulante, em 2018, teria sido de R\$ 32.250.

Questão 51

Acerca dos instrumentos financeiros, seu reconhecimento, sua mensuração, seu registro e sua evidenciação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para ativos e passivos que sejam protegidos em conjunto como grupo no *hedge* de valor justo, o ganho ou a perda no balanço patrimonial em ativos e passivos individuais devem ser reconhecidos como ajuste ao valor contábil do grupo de itens.
- Ⓑ Caso a empresa descontinue a mensuração do instrumento financeiro, que dá origem ao risco de crédito, ao valor justo por meio do resultado, o valor justo desse instrumento financeiro, na data da descontinuação, tornar-se-á seu novo valor contábil.
- Ⓒ As perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas no caso de existência de evidência do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito somente na data do relatório contábil.
- Ⓓ Para atender ao objetivo de reconhecer perdas de crédito esperadas para aumentos significativos em risco de crédito desde o reconhecimento inicial, somente serão permitidas as avaliações individuais de aumentos significativos de risco de crédito.
- Ⓔ Para ser designado como item protegido, o componente de risco deve ser um componente conjunto ao item financeiro, e as alterações, nos fluxos de caixa, podem ser estimadas com base em situações semelhantes.

Questão 52

Acerca da elaboração e da divulgação da demonstração do valor adicionado (DVA), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de mudança de critérios contábeis devem ser adaptados na DVA relativa ao período mais antigo apresentado, para fins de comparação.
- Ⓑ Os resultados da empresa serão afetados sempre que houver a realização dos respectivos ativos reavaliados ou avaliados ao valor justo, todavia, quando a realização de determinado ativo ocorrer pelo processo normal de depreciação, a DVA não será afetada.
- Ⓒ A construção de ativos dentro da própria empresa, para seu próprio uso, será evidenciada na DVA como investimento, uma vez que constitui alocação de custos para a geração de benefícios futuros.
- Ⓓ A empresa poderá, dentro dos limites legais, distribuir seus lucros acumulados, sejam eles oriundos do próprio exercício ou de exercícios anteriores, e evidenciará ambas as situações no ano em que a distribuição ocorrer, independentemente do ano de geração do lucro.
- Ⓔ No caso da substituição tributária regressiva e respectivo direito ao crédito pela empresa vendedora nas operações seguintes, o valor do tributo recolhido será tratado como tributos a recuperar na DVA, e o valor divulgado será a diferença entre o valor a recuperar e o valor a recolher do mesmo tributo.

Questão 53

Acerca da mensuração a valor justo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso não exista mercado observável para fornecer informações de preços em relação à transferência de um passivo, poderá haver mercado observável para esses itens se eles forem mantidos por outras partes como ativos.
- Ⓑ O emitente de um passivo emitido para um instrumento de melhoria de crédito de terceiros indissociável que seja contabilizado separadamente do passivo deverá incluir o efeito da melhoria de crédito na mensuração do valor justo do passivo.
- Ⓒ Quando o ativo é adquirido ou o passivo é assumido em transação de troca para esse ativo ou passivo, o preço da transação corresponderá ao preço pago para adquirir o ativo ou ao recebido para assumir o passivo, e não poderá ser denominado valor justo.
- Ⓓ Premissas sobre risco incluem o risco inerente a uma técnica de avaliação específica utilizada para mensurar o valor justo, mas não contemplam o risco inerente às informações utilizadas na técnica de avaliação escolhida.
- Ⓔ Havendo diferentes níveis da hierarquia de valor justo, a mensuração do valor justo será integralmente no mesmo nível da hierarquia de valor justo que a informação de nível mais alto, ainda que esta não seja significativa para a mensuração como um todo.

Questão 54

Sob a perspectiva da arrendadora, os arrendamentos são classificados em financeiros ou operacionais. Para essa classificação, deve-se levar em consideração a essência da transação. De acordo com essas informações e com o que disciplina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assinale a opção que apresenta uma situação que indica a classificação do arrendamento como operacional.

- A** O prazo do arrendamento equivale à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, cuja transferência de propriedade para o arrendatário não está prevista no contrato de arrendamento.
- B** O valor presente das contraprestações do arrendamento é substancialmente equivalente à totalidade do valor justo do ativo subjacente na data da contratação.
- C** Ao final do arrendamento, a propriedade do ativo subjacente será transferida para o arrendatário mediante o direito de recebimento, pelo arrendador, do valor justo que o referido ativo venha a apresentar na ocasião.
- D** O arrendamento contempla a transferência da propriedade do ativo ao arrendatário ao final do prazo da operação, sem que sejam exigidos recursos financeiros adicionais do arrendatário para arcar com a transferência.
- E** Uma opção de compra em favor do arrendatário lhe permite adquirir a propriedade do ativo subjacente a um preço suficientemente mais baixo do que o valor justo do referido ativo na data em que a opção vier a se tornar exercível, de modo que seja razoavelmente certo o exercício da opção.

Questão 55

De acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata da combinação de negócios, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve ser reconhecido pelo adquirente do negócio, em uma transação não forçada, como

- A** ativo.
- B** passivo.
- C** despesa.
- D** patrimônio líquido.
- E** receita.

Questão 56

Ao mudar voluntariamente uma política contábil que vem sendo utilizada em relação aos seus estoques, uma companhia aberta deve aplicá-la

- A** de forma prospectiva.
- B** de forma retrospectiva, a partir do período mais antigo para o qual seja praticável a aplicação retrospectiva.
- C** exclusivamente em relação às transações que difiram, em essência, daquelas que ocorriam anteriormente.
- D** de acordo com as disposições transitórias específicas do pronunciamento, da interpretação ou da orientação que disciplinar a mudança.
- E** exclusivamente em relação ao exercício social corrente, mesmo quando a aplicação retrospectiva for praticável.

Questão 57

Considerando que determinada revista especializada em esportes receba uma quantia em dinheiro de seus clientes pela venda de assinaturas pelos próximos três anos, assinale a opção que apresenta o registro contábil a ser feito pela revista no momento da venda das referidas assinaturas.

- A** débito de uma conta de patrimônio líquido e crédito de caixa
- B** débito de caixa e crédito de uma conta de receita
- C** débito de uma conta de receita antecipada e crédito de caixa
- D** débito de caixa e crédito de uma conta de resultados de exercícios futuros
- E** débito de caixa e crédito de uma conta de passivo

Questão 58

A conversão de debêntures em ações pode implicar, para a empresa emissora desses papéis, o efeito imediato de

- A** aumento da relação entre capital de terceiros e capital próprio.
- B** redução do índice de liquidez geral.
- C** redução da participação do capital próprio sobre os recursos totais.
- D** aumento das reservas de capital.
- E** aumento das reservas de lucro.

Questão 59

Uma empresa industrial fabrica e vende um único produto. Em 2019, os custos e outros dados operacionais relacionados ao referido produto foram os seguintes.

preço unitário de venda	R\$ 60
custos de fabricação	
variáveis (por unidade produzida)	
materiais diretos	R\$ 12
mão de obra direta	R\$ 7
indiretos variáveis	R\$ 2
fixos (por ano)	R\$ 120.000
despesas de vendas e despesas administrativas	
variáveis (por unidade vendida)	R\$ 7
fixas (por ano)	R\$ 80.000

Os dados referentes à movimentação dos estoques estão apresentados a seguir.

unidades no estoque inicial	zero
unidades produzidas no ano	10.000
unidades vendidas no ano	7.000
unidades no estoque final	3.000

A partir dos dados precedentes, assinale a opção que apresenta os valores que correspondem ao custo unitário de fabricação do produto, em 2019, calculado pelo método de custeio por absorção e pelo método de custeio variável, respectivamente.

- A** R\$ 21 e R\$ 33
- B** R\$ 48 e R\$ 28
- C** R\$ 28 e R\$ 48
- D** R\$ 33 e R\$ 21
- E** R\$ 33 e R\$ 19

Questão 60

Uma das condições para uma empresa investidora ser considerada controladora de uma empresa investida e, portanto, estar sujeita à elaboração de demonstrações contábeis consolidadas é a capacidade de essa investidora exercer poder sobre a investida. De acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que trata de demonstrações consolidadas, o poder da investidora sobre a investida, como um requisito para a análise de uma eventual existência de controle, estará presente sempre que a investidora

- A** exercer influência significativa sobre a investida.
- B** detiver direitos de proteção em relação à investida.
- C** detiver direitos que lhe garantam participar ativamente das assembleias-gerais de acionistas.
- D** detiver direitos que lhe garantam a maioria do capital total da investida.
- E** detiver direitos que lhe garantam a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

INFORMÁTICA / ANÁLISE DE INFORMAÇÃO**Questão 61**

Para efeito do disposto na Lei n.º 12.527/2011, a autenticidade é a qualidade da informação

- A conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- B não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- C utilizada para a produção e a transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- D produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- E coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Questão 62

Em decorrência do princípio de primariedade dos dados abertos governamentais, tais dados devem ser

- A publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.
- B disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.
- C razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.
- D disponibilizados o quão rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.
- E disponibilizados em um formato cujo controle não seja exclusivo de nenhum ente.

Questão 63

O modelo entidade-relacionamento não permite estabelecer relacionamentos entre relacionamentos, apenas entre entidades. Para atender a situações em que seja necessário associar uma entidade com a ocorrência de um relacionamento, utiliza-se

- A dado temporal.
- B atributo multivalorado.
- C tabela especializada.
- D cardinalidade 1:N.
- E entidade associativa.

Questão 64

A metodologia de modelagem dimensional em que uma tabela fato está a pelo menos duas tabelas de dimensão é denominada

- A snowflake.
- B star schema.
- C smallgrain.
- D metric scale.
- E surrogate key.

Questão 65

Em um projeto de *data mining*, a coleta do dado que será garimpado ocorre no processo de

- A preparação.
- B mineração.
- C aplicação.
- D associação.
- E classificação.

Questão 66

Na normalização de tabelas, ao eliminar as dependências transitivas, chega-se à

- A primeira forma normal (1FN).
- B quinta forma normal (5FN).
- C segunda forma normal (2FN).
- D terceira forma normal (3FN).
- E quarta forma normal (4FN).

Questão 67

De acordo com o modelo CRSP-DM, a seleção das técnicas que serão aplicadas nos dados selecionados ocorre na fase de

- A modelagem.
- B entendimento dos dados.
- C entendimento do negócio.
- D avaliação.
- E preparação dos dados.

Questão 68

O enriquecimento de dados da etapa de pré-processamento e preparação do *data mining* tem como objetivo

- A a deduplicidade de registros.
- B a integração de bases diferentes.
- C o tratamento de valores nulos.
- D a seleção de amostras.
- E o acréscimo de dados à base já existente.

Questão 69

Em um banco de dados relacional, a condição que garante que valores não possam se repetir dentro da mesma coluna denomina-se

- A foreign key.
- B cláusula unique.
- C domain restriction.
- D índice cluster.
- E reference key.

Questão 70

Big data ajudou a sedimentar o cargo de cientista de dados. Entre as funções desse cargo inclui-se

- A a modelagem estruturada.
- B a modelagem não estruturada.
- C a análise retrospectiva.
- D a modelagem relacional.
- E o processamento comparativo.

DIREITO CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL**Questão 71**

De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico será considerado nulo caso

- A deixe de ser revestido pela forma prescrita em lei.
- B seja praticado por um devedor já insolvente.
- C seja realizado por uma pessoa que, premida da necessidade de se salvar, assuma obrigação excessivamente onerosa.
- D decorra de dolo de terceiro, desde que a parte que se beneficie dele tenha conhecimento do vício do ato.
- E a declaração de vontade de alguma das partes emane de erro substancial.

Questão 72

A fim de ajudar seu filho Gabriel, Pedro o substituiu em uma dívida, com o consentimento do credor. Novo título foi emitido.

Nessa situação hipotética, ocorreu

- A a substituição do devedor com sub-rogação.
- B a cessão de direito do credor.
- C a remissão de dívida.
- D a imputação de pagamento para terceiro.
- E a novação da obrigação contraída originalmente.

Questão 73

De acordo com o Código Civil, os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinem, de modo duradouro, ao uso de outro são

- A imóveis, para os efeitos legais.
- B pertencas.
- C não fungíveis.
- D singulares.
- E acessórios.

Questão 74

A debênture poderá, conforme dispuser a escritura de emissão,

- A ter garantia real ou garantia fluante, desde que goze do direito de preferência, podendo ou não ser subordinada aos demais credores da companhia.
- B ter garantia real ou garantia fluante, desde que goze do direito de preferência e seja subordinada aos demais credores da companhia.
- C ter apenas garantia real, não podendo gozar de preferência ou ser subordinada aos demais credores da companhia.
- D ter garantia real ou garantia fluante, não podendo gozar de preferência.
- E ter apenas garantia fluante, não podendo gozar de preferência.

Questão 75

Pessoa jurídica de direito privado que visa obter lucro com a prestação de serviços técnicos pelos seus próprios sócios possui natureza de

- A sociedade comum.
- B sociedade em nome coletivo.
- C sociedade limitada.
- D sociedade empresária.
- E sociedade simples.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 76**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o princípio da anterioridade nonagesimal é excepcionado quanto

- A ao imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- B à contribuição de intervenção no domínio econômico referente a combustível.
- C ao imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) incidente sobre combustível.
- D à alteração da base de cálculo do imposto de renda (IR).
- E à alteração do fato gerador do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

Questão 77

O preço público tem como característica o fato de

- A submeter-se às limitações do poder de tributar.
- B ser utilizado para custear a iluminação pública.
- C ser uma prestação pecuniária facultativa.
- D decorrer de expressa previsão legal.
- E ser utilizado para custear poder de polícia.

Questão 78

Determinado município não instituiu a fiscalização nem a cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que o referido município

- A não terá direito à repartição de receita referente ao ITR arrecadado.
- B poderá instituir a fiscalização, mas não a cobrança do ITR.
- C fará jus à metade do valor arrecadado se instituir a fiscalização e a cobrança do ITR.
- D poderá sofrer sanção de perda das transferências voluntárias, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E poderá instituir a fiscalização e cobrança do ITR, apesar de não possuir competência tributária para tanto.

Questão 79

A competência tributária

- A é um conceito equivalente ao conceito de capacidade tributária ativa.
- B pode ser delegada aos municípios, como no caso do ITR.
- C impede a cobrança de contribuição de melhoria por dois entes federativos distintos.
- D da União pode, no caso dos territórios, abranger impostos estaduais ou municipais.
- E da União pode ser renunciada, como no caso da não instituição do imposto sobre grandes fortunas (IGF).

Questão 80

O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI)

- A pode ter como sujeito passivo o adquirente ou o transmitente.
- B pode incidir no caso de usucapião.
- C pode incidir sobre ato gratuito de transmissão de propriedade.
- D tem como base de cálculo o valor da escritura do bem imóvel.
- E possui alíquotas progressivas, por se tratar de tributo pessoal.

Questão 81

Um município, para instituir o imposto sobre serviços (ISS), deve

- A limitar-se à lista de serviços existente em lei complementar federal, não dependendo da edição de lei ordinária municipal.
- B editar lei ordinária municipal, podendo criar outros serviços que não estejam contemplados na lei complementar federal.
- C editar lei complementar municipal, não podendo criar outros serviços que não estejam contemplados na lei complementar federal.
- D observar a lei complementar federal e instituir o imposto por lei ordinária municipal, não podendo criar novos serviços.
- E editar lei ordinária municipal, podendo criar outros serviços que não estejam contemplados na lei complementar federal.

Questão 82

No tocante ao imposto de exportação (IE), o regime de *drawback* consiste no ressarcimento do

- A imposto de importação (II) sobre os insumos devolvidos e distribuídos como brinde ou a título gratuito.
- B imposto de importação (II) sobre os insumos de origem estrangeira quando o produtor exportar o produto acabado.
- C ICMS sobre os insumos de origem estrangeira quando o produtor exportar o produto acabado.
- D próprio IE no caso de devolução de mercadorias por defeito.
- E ICMS sobre os insumos agregados ao produto destinado à exportação.

Questão 83

Participam da repartição tributária das receitas

- Ⓐ o imposto de renda (IR) e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- Ⓑ o imposto sobre serviços (ISS) e o imposto de renda (IR).
- Ⓒ o imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) e o imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS).
- Ⓓ o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e o imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- Ⓔ o imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) e os impostos residuais.

Questão 84

Determinado deputado estadual apresentou projeto de lei com as seguintes previsões para o ICMS incidente sobre serviços de transporte interestadual de passageiros:

- I alteração da alíquota do imposto, de 15% para 20%;
- II autorização para a correção monetária da base de cálculo do imposto;
- III redução, em 50%, da multa pelo não pagamento do imposto, se paga em até 30 dias do cometimento da infração;
- IV autorização para o governador do estado, ouvido o secretário estadual de fazenda, conceder remissão do imposto para as empresas que realizem preponderantemente o transporte interestadual de idosos, bem como para dispor sobre obrigações acessórias para o cumprimento da obrigação de recolher o imposto.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta.

- Ⓐ Deputados estaduais possuem legitimidade para apresentar projeto de lei em matéria tributária, mas não para aumentar alíquota de imposto.
- Ⓑ A legitimidade para dispor sobre sanção tributária em tributo estadual é exclusiva de governador de estado.
- Ⓒ Lei formal é exigida para que ocorra a correção monetária do valor da base de cálculo do imposto.
- Ⓓ Somente lei específica poderá conceder remissão tributária.
- Ⓔ As obrigações acessórias, por envolverem obrigação de fazer ou não fazer, devem ser instituídas por lei formal.

Questão 85

Determinado contribuinte entrou com recurso contra notificação de lançamento recebida que lhe cobrava valores decorrentes da prestação de determinados serviços que haviam sido objeto de tratado internacional celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, o qual isentava o tributo no âmbito das partes celebrantes. Até pouco tempo atrás, as autoridades administrativas entendiam que as obrigações tributárias referentes às referidas operações estavam isentas, mas, com a mudança da titularidade do órgão de administração tributária, o entendimento foi modificado, seguindo-se a orientação de autuar e multar todos os contribuintes que não tinham recolhido o tributo sob o fundamento da vigência do referido tratado internacional, respeitando-se o prazo decadencial.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e as disposições do CTN.

- Ⓐ A atuação da administração tributária está correta, porque não há isenções heterônomas no atual sistema tributário nacional.
- Ⓑ Como o tratado internacional, no caso, previu a não incidência do tributo municipal, não se aplica o preceito que veda a concessão de isenções heterônomas.
- Ⓒ O contribuinte que obedeceu ao entendimento anteriormente vigente, ainda que este possa ser considerado ilegal quanto à isenção, não deve ser apenado com juros e multa.
- Ⓓ As manifestações das autoridades fiscais na interpretação das normas tributárias, por serem declaratórias, alcançam fatos geradores passados, respeitado o prazo decadencial.
- Ⓔ Os tratados internacionais de direito tributário apenas obrigam a União, não alcançando os entes tributantes subnacionais.

Questão 86

Miguel, menor de idade, e Lucas, maior de idade e capaz, são proprietários de veículos licenciados no município de Aracaju, desde 2010. Miguel possui cota ideal de 30%, e Lucas, de 70%. Os veículos, atualmente, prestam-se à realização de entregas em favor de uma empresa que funciona informalmente na produção de cerveja artesanal. Em novembro de 2019, durante fiscalização no referido estabelecimento comercial, o fisco constatou a existência de dívidas relativas ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) desses veículos, desde o ano de 2013, e, por isso, Miguel e Lucas foram autuados pelas dívidas, tendo-lhes sido aplicados multa e juros pelo inadimplemento.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Lucas é o único responsável tributário pela dívida, pois somente ele possui capacidade econômica decorrente do negócio informal.
- Ⓑ Tanto Miguel quanto Lucas são responsáveis pela dívida, mas o fisco deve respeitar a proporcionalidade das frações ideais na cobrança, sem benefício de ordem.
- Ⓒ Miguel e Lucas devem responder pela dívida integralmente, mas houve a decadência de parte da dívida, referente ao ano de 2013.
- Ⓓ Embora a responsabilidade tributária seja exclusiva de Lucas, Miguel pode ser chamado a responder pela dívida.
- Ⓔ Ainda que a responsabilidade tributária seja de ambos, a dívida é manifestamente indevida, haja vista a ocorrência da decadência do direito de efetuar o lançamento de todas as dívidas.

Questão 87

Lei estadual de 2010 estipulou que o ICMS incidente sobre os serviços de transporte intermunicipal e interestadual no âmbito do estado de Sergipe seria de 20% e que a multa pelo não recolhimento do imposto seria de 50%. Em 2013, a alíquota do ICMS foi reduzida para 17,5% e a multa pelo não recolhimento aumentou para 75%. Em 2015, nova lei reduziu mais uma vez a alíquota do ICMS, dessa vez para 15%, bem como reduziu a multa pelo não recolhimento do imposto para 50%.

A partir das informações dessa situação hipotética, é correto afirmar que um contribuinte que, durante todo o período mencionado, não tenha pago o imposto deverá

- ☐ A recolher o ICMS de acordo com as alíquotas de 20%, 17,5% e 15%, conforme os fatos geradores, e pagar a multa de acordo com o período de apuração — 50%, em 2010, 75%, em 2013, e 50% em 2015.
- ☐ B recolher o ICMS de acordo com as alíquotas de 20%, 17,5% e 15%, conforme os fatos geradores, e pagar a multa pelo menor percentual, independentemente do período de apuração.
- ☐ C recolher o ICMS de acordo com a maior alíquota e pagar a multa pelo menor percentual, independentemente do período de apuração.
- ☐ D recolher o ICMS pela menor alíquota (15%) e pagar a multa pelo menor valor (50%).
- ☐ E recolher o ICMS pela maior alíquota (20%) e pagar a multa pelo maior valor (75%).

Questão 88

Determinada pessoa jurídica deve ISS referente ao mês de maio dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. No dia 20 de maio de 2016, houve fiscalização no estabelecimento fiscal da empresa e ela foi autuada por todos os débitos então existentes, conforme lavratura de auto de infração. Dada a data da fiscalização, o débito de 2017 não foi incluído na autuação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- ☐ A Caso todos os créditos sejam constituídos e inscritos em dívida ativa tributária até 2020, será possível cobrar da pessoa jurídica a totalidade da dívida.
- ☐ B A fiscalização tributária retirou a possibilidade de denúncia espontânea do débito de 2017 pela pessoa jurídica.
- ☐ C O lançamento do débito de 2017 deve ser procedido de ofício pela fazenda pública.
- ☐ D O prazo decadencial da dívida referente aos anos de 2015 e 2016 iniciou-se, respectivamente, em 1.º de janeiro de 2016 e em 1.º de janeiro de 2017.
- ☐ E Após a autuação da pessoa jurídica, o fisco tem cinco anos para a cobrança da dívida, prazo esse que não pode ser suspenso ou interrompido.

Questão 89

Lei municipal determina que os corretores de imóveis e os oficiais de registro de imóveis comuniquem à fazenda pública, para efeito de fiscalização tributária, todas as operações de venda e compra de imóveis que intermedieiem ou registrem. A lei dispõe, ainda, que as informações podem ser compartilhadas com as fazendas públicas estaduais e federal e que é permitido o acesso forçado ao estabelecimento comercial caso o contribuinte resista à fiscalização no local.

Conforme o CTN, é correto afirmar que essa lei municipal é

- ☐ A legal apenas quanto à disposição que permite o compartilhamento de dados entre as fazendas públicas municipal e estadual.
- ☐ B ilegal apenas quanto à previsão de autorizar o acesso forçado ao estabelecimento do contribuinte.
- ☐ C ilegal apenas quanto à obrigação de os corretores de imóveis divulgarem dados pessoais e sigilosos dos contribuintes.
- ☐ D ilegal em todas as suas disposições.
- ☐ E legal em todas as suas disposições.

Questão 90

Em junho de 2014, foi ajuizada contra Hélio uma execução fiscal para a cobrança de créditos de IPTU relativos aos anos de 2008 a 2012. O lançamento dos créditos ocorreu em 2012. A inscrição do crédito em dívida ativa ocorreu em 2013. O juiz recebeu a execução em dezembro de 2014. Devidamente citado, Hélio não apresentou bens à penhora. A fazenda pública não localizou bens passíveis de penhora e requereu a suspensão da execução em abril de 2015. O juiz deferiu a suspensão provisória da execução em maio de 2015 e ordenou o arquivamento da execução em maio de 2016. Em setembro de 2020, a fazenda pública localizou um veículo em nome de Hélio e solicitou a penhora desse bem. O magistrado indeferiu o pedido de reativação da execução, alegando que o crédito estava prescrito.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da legislação de regência e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- ☐ A O crédito relativo ao ano de 2008 está prescrito.
- ☐ B O juiz da execução aplicou corretamente a prescrição intercorrente.
- ☐ C Em setembro de 2020, todos os créditos cobrados na execução foram atingidos pela prescrição.
- ☐ D Ocorreria a prescrição intercorrente se a fazenda pública permanecesse inerte por cinco anos desde o arquivamento da execução.
- ☐ E A inscrição dos créditos em dívida ativa suspendeu o prazo prescricional por cento e oitenta dias.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**Questão 91**

De acordo o Código Tributário do Município de Aracaju, em regra, o débito tributário não recolhido no vencimento fica sujeito a

- ☐ A multa de mora e juros e, depois de trinta dias, a correção monetária.
- ☐ B multa por infração e correção monetária e, depois de trinta dias, a multa de mora e juros.
- ☐ C multa de mora, juros e correção monetária e, depois de trinta dias, a multa por infração.
- ☐ D multa de mora e correção monetária e, depois de trinta dias, a juros.
- ☐ E correção monetária e juros e, depois de trinta dias, a multa de mora.

Questão 92

De acordo com o Código Tributário do Município de Aracaju, a competência para a celebração de transação entre o município e o sujeito passivo da obrigação tributária para o término do litígio e consequente extinção tributária é do

- A** prefeito, que poderá delegar essa competência aos procuradores judiciais do município.
- B** prefeito, do secretário de fazenda e do procurador-geral da procuradoria judicial do município.
- C** prefeito, sendo tal competência exclusiva e indelegável.
- D** auditor de tributos do caso, sendo tal competência exclusiva e indelegável.
- E** secretário de fazenda, que poderá delegar essa competência aos procuradores judiciais do município ou aos auditores de tributos.

Questão 93

O Código Tributário do Município de Aracaju prevê a aplicação do regime especial de fiscalização para

- A** as microempresas e empresas de pequeno porte.
- B** as pessoas jurídicas sujeitas ao regime de substituição tributária.
- C** os contribuintes que cometam sonegação fiscal ou que, reiteradamente, violem a legislação tributária.
- D** as empresas do setor de turismo ou as que invistam em inovação e tecnologia.
- E** as empresas que possuam elevado volume de débitos inscritos em dívida ativa.

Questão 94

De acordo com o Código Tributário do Município de Aracaju, podem ser sujeitos ao pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) os serviços prestados por

- A** psicólogos, despachantes e trabalhadores avulsos.
- B** psicólogos, engenheiros e membros de conselhos consultivos, em razão das suas atribuições.
- C** advogados, engenheiros e cabelereiros.
- D** engenheiros, cabelereiros e trabalhadores avulsos.
- E** despachantes, advogados e membros de conselhos consultivos, em razão das suas atribuições.

Questão 95

Segundo o Código Tributário do Município de Aracaju, em se tratando de prédio novo, o fato gerador do primeiro IPTU ocorrerá

- A** na data do possível uso do imóvel ou da expedição do habite-se.
- B** no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte à expedição do habite-se.
- C** no dia 31 de dezembro do exercício em que for concedido o habite-se.
- D** no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte ao registro da incorporação imobiliária ou do início do uso do imóvel.
- E** na data do registro da incorporação imobiliária ou, quando não houver, na data da expedição do habite-se.

Questão 96

O Código Tributário do Município de Aracaju prevê a cobrança de taxa pela prestação de serviços de iluminação pública em vias e logradouros públicos. Acerca dessa taxa, assinale a opção correta.

- A** O STF declarou constitucional tal taxa, ainda que seu fato gerador tenha caráter inespecífico e indivisível.
- B** Essa taxa é devida apenas em relação ao uso individualizado e efetivo dos serviços de iluminação pública.
- C** Essa taxa será inconstitucional apenas se cobrada em relação a imóvel lindeiro em vias ou logradouros públicos que não possuam iluminação pública efetiva.
- D** O STF possui súmula vinculante afirmando que o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- E** Não há inconstitucionalidade nessa previsão, de acordo com o STF, pois a taxa não é cobrada pelo município, mas pela companhia estadual de energia elétrica.

Questão 97

O Código Tributário do Município de Aracaju prevê, no rol das taxas decorrentes do poder de polícia, a cobrança de uma taxa de licença especial, à qual se sujeita, entre outras atividades, às de exploração de

- A** ecoturismo, visitação a áreas de preservação ambiental e mergulho em parques marinhos.
- B** segurança patrimonial e transporte de valores.
- C** comércio, indústria e prestação de serviços sujeitos a licenciamento obrigatório para exame e fiscalização das condições de localização.
- D** armazenamento de mercadorias inflamáveis e corrosivos.
- E** instalação de máquinas e equipamentos eletromecânicos em geral, ainda que não dependam da concessão de alvará.

Questão 98

Em se tratando do processo administrativo fiscal de Aracaju, é um efeito decorrente do início do procedimento de prévio ofício

- A** a exclusão da espontaneidade da parte obrigada ao cumprimento das normas constantes da legislação tributária.
- B** a ciência, ao contribuinte, de qualquer ato praticado por servidor competente para esse fim.
- C** o indeferimento de plano da petição do contribuinte, quando esta for manifestamente inepta ou apresentada por parte ilegítima.
- D** a lavratura de auto de infração ou nota de lançamento, distinto para cada infração.
- E** a instauração do litígio tributário, abrindo-se o prazo para a apresentação da defesa.

Questão 99

Ao inspecionar determinada empresa prestadora de serviço de *buffet* e festas, a fiscalização concluiu que o registro da sua contabilidade não era fidedigno. Iniciado o procedimento de arbitramento do ISSQN, a fiscalização determinou que a receita da prestação de serviços em relação à atividade exercida seria de pelo menos R\$ 1 milhão, valor superior ao declarado. O fisco verificou, ainda, que, no mesmo período, as despesas da empresa com aluguel, folha de salários e outras contas haviam superado R\$ 2 milhões.

Nessa situação hipotética, a base de cálculo do ISSQN no período em questão deve ser

- A** determinada com base na atividade exercida pelo contribuinte, sem acréscimo.
- B** determinada com base na atividade exercida pelo contribuinte, acrescida de 30%.
- C** calculada com base no total das despesas apuradas pela fiscalização, sem acréscimo.
- D** calculada por estimativa, considerando-se o tempo de duração do negócio, a natureza da atividade e o preço corrente dos serviços.
- E** calculada com base no total das despesas apuradas pela fiscalização, acrescido de 30%.

Questão 100

No curso de determinado litígio tributário em trâmite perante o fisco de Aracaju, a decisão de primeira instância reduziu o valor do crédito tributário decorrente de auto de infração.

Nessa situação hipotética, contra a decisão, será cabível

- A** somente recurso de ofício.
- B** recurso de ofício, de caráter obrigatório, mas o contribuinte também poderá interpor recurso voluntário.
- C** pedido de reconsideração ou recurso de ofício.
- D** pedido de reconsideração, de caráter obrigatório, mas o contribuinte também poderá interpor recurso voluntário.
- E** pedido de reconsideração, recurso de ofício ou recurso voluntário.

ESPAÇO LIVRE